

UNIDADE 4

O governo Goulart e o golpe de 1964

Laurindo Mékie Pereira

4.1 Introdução

O governo de João Goulart (1961-1964) foi, possivelmente, um dos períodos mais conturbados da vida social e política em todo o período republicano. De muitas maneiras, os debates então travados, as opções feitas e as decisões tomadas parecem muito próximas de nós.

Naturalmente, se você, acadêmico (a), é mais jovem, Goulart e 1964 não são temas tão próximos assim. No entanto, se considerarmos que a história trabalha com milênios, o fatídico comício de 13 de março de 1964 realizado por Jango parecerá algo quase palpável. Além disso, questões polêmicas que então dividiam a sociedade brasileira de alto a baixo permanecem sem resolver nos dias que correm. É possível que a reforma agrária, guardadas as evidentes diferenças entre a situação do país naquele momento e a de agora, seja um exemplo de questão em aberto no Brasil.

Outra indicação do caráter recente des-

se assunto são os debates que ainda hoje se travam sobre o golpe de 1964. Para além das divergências entre cientistas sociais, cientistas políticos e historiadores, o assunto é objeto de polêmica entre jornalistas, militantes de esquerda, políticos nacionalistas e, obviamente, militares. Para a maioria dos últimos, por exemplo, a intervenção em 1964 foi uma revolução... e eles continuam fazendo esse discurso até hoje.

Nesse texto vamos nos concentrar no debate historiográfico sobre o período. Mais uma vez, queremos chamar sua atenção para a diversidade de visões sobre o nosso objeto. Em vez de apresentar uma história descritiva do período, queremos estimular você, acadêmico (a), a conhecer melhor as mais controvértidas correntes de entendimento do assunto. Assim, esse caderno se coloca como uma bússola ou um mapa. Aqui vamos apontando caminhos. A caminhada é com você.

4.2 Uma conjuntura crítica

Os anos que se seguiram ao governo JK testemunharam uma rara combinação de crise econômica, agitação social e forte polarização ideológica.

No plano externo, o mundo vivia a famigerada Guerra Fria, divisão que agravava fortemente os conflitos políticos mundo afora, tornando difícil a costura de acordos e soluções intermediárias, como o exemplifica o governo de Jango, como veremos.

O arrefecimento dos ânimos na segunda metade da década de 1950, fruto das estratégias de coexistência pacífica da Era Kruschev, deu lugar a uma nova fase: ameaças e crise no decênio seguinte. Como observa o historiador Eric Hobsbawm (1995), hoje se sabe que a possibilidade real de um

enfrentamento direto e nuclear entre EUA e URSS nunca foi seriamente cogitada pelo alto comando dos dois países. A guerra fria era travada, efetivamente, fora do território das superpotências e da Europa. No entanto, gerações inteiras viveram sob o medo de que em um desses momentos de crise a humanidade desaparecesse sob o efeito dos ataques nucleares. Na periferia, a Guerra Fria não era apenas uma guerra de nervos; era uma divisão real e com sérias implicações.

No caso específico da América Latina, a Revolução Cubana elevou a temperatura política na passagem dos anos 1950 para os anos 1960. A partir dela, os EUA passaram a acompanhar e intervir mais diretamente nos conflitos nesse subcontinente. Mais do que

isso, após a experiência cubana, os projetos e governos nacionalistas e reformistas passaram a ser vistos com enorme desconfiança pelos setores mais conservadores. A perversa lógica do “oito ou oitenta” criava sérios obstáculos para governos como o de Goulart.

Do ponto de vista econômico, o Brasil viajava uma típica crise cíclica. Após a fase de crescimento do quinquênio JK, a economia brasileira mergulhara em um quadro de retração do qual só iria sair em fins da década de 1960. Após a euforia juscelinista, a realidade cobrava seu preço. A novidade da crise econômica dos anos 1960 é que a sua resolução não estava apenas em solo brasileiro. O país estava fortemente inserido na dinâmica do capital internacional monopolista. Havia uma forte intersecção entre capitais brasileiros e externos. Naturalmente, essa estrutura também impunha limites bem concretos às iniciativas de qualquer presidente.

Uma das saídas aventadas para a crise era a realização de um pacote de reformas econômicas e sociais objetivando a ampliação do mercado consumidor. Tratava-se de um raciocínio bastante simples: a crise deriva da forte concentração de renda. Assim, é necessário transformar milhões de brasileiros pobres em consumidores. Nessa visão, a solução dos problemas econômicos passava pelo enfrentamento dos problemas sociais, o que viria a ser feito pela via política.

A política foi, então, elevada a importância máxima. Foi um tempo de intensa mobilização. Como diz Daniel Aarão Reis Filho (2001), todos os segmentos sociais, incluindo os de menor renda e menos escolarizados, começaram a falar, interessar, participar e debater questões políticas.

As divisões de classe até então encobertas ou atenuadas pelas alianças entre trabalhadores, Estado e patrões afloram de maneira explícita. A crise econômica praticamente impede ao Estado de responder às diversas demandas e, portanto, alimentar a política de compromissos.

Do ponto de vista político-institucional, João Goulart não teve maiores facilidades. A democracia brasileira ainda era muito frágil. Entre 1930 e 1961 JK foi único presidente a governar com um mínimo de estabilidade institucional. Partidos políticos com a UDN propunham soluções golpistas periodicamente, o mesmo ocorrendo entre certas vertentes das forças armadas.

Foi nessa conjuntura que João Goulart presidiu o país por cerca de três anos. Ao delinearmos esse quadro histórico, assumimos, de certa forma, uma posição historiográfica que reconhece o peso dos indivíduos na história, com suas virtudes e vícios, habilidades e limitações, mas não o super-dimensiona, mas sim procura identificar os diversos interesses coletivos organizados e em jogo em cada contexto histórico.

4.3 Fases

João Goulart era conhecido por suas posições trabalhistas, sendo considerado o herdeiro principal do getulismo. Os setores mais conservadores o viam com desconfiança desde o segundo governo Vargas (1951-1954) quando Goulart foi ministro do trabalho.

Em 1955, Goulart foi eleito vice-presidente da República, cargo que exerce no quinquênio de JK (1956-1961). Novamente candidato a vice em 1960, ele foi eleito com votação expressiva, materializando de forma bem visível o crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Conforme legislação então vigente, as eleições para presidente e vice eram independentes. Assim, Jânio Quadros, eleito presidente em 1960, pela União Democrática Nacional, doravante UDN, não falava a mesma linguagem político-ideológica do vice.

4.3.1 O parlamentarismo

O governo Jânio Quadros durou pouco. Empossado em 31 de janeiro de 1961, Quadros renunciou em 25 de agosto do mesmo ano, deixando para trás uma economia em dificuldades e uma grave crise política.

Em um contexto agitado de Guerra Fria, os setores militares e civis mais conservadores viram a renúncia de Quadros como um pesadelo: os comunistas chegariam finalmente à presidência, temiam eles. Ou era apenas uma poderosa estratégia de terror político utilizada para impedir a realização de reformas sociais?

Conforme a Constituição, João Goulart deveria ser empossado com todos os poderes normais de um presidente da República. No entanto, a pecha de comunista lhe custou caro. A oposi-

sição direitista à posse de Goulart era abertamente golpista, uma vez que desrespeitava frontalmente a Carta Magna.

Diversos movimentos populares levantaram-se para defender posse efetiva de Goulart, com destaque para a campanha liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. No Congresso Nacional, o voto a Goulart também recebeu duras críticas, incluindo até parlamentares da UDN, o partido mais à direita na arena política de então (FIGUEIREDO, 1993, p. 38-39). Entre os próprios militares, havia correntes que rejeitavam a solução ilegal do impasse. Embora vissem Goulart com enorme reserva, essas correntes cultivavam uma tradicional linha legalista que dificilmente quebrariam.

A solução para a crise foi o parlamentarismo. Se o parlamentarismo do segundo reinado ficou conhecido como “às avessas”, esse dos anos 1960 poderia ser chamado de “parlamentarismo às pressas”.

A implantação do parlamentarismo garantia a posse de Goulart, mas restringia os seus poderes executivos, transferindo-os ao primeiro-ministro.

A conturbada experiência parlamentarista durou de setembro de 1961 a janeiro de 1963, recebendo críticas de todos os segmentos políticos pela sua ineficiência.

4.3.2 Goulart presidente de fato e o plano trienal

Pode-se dizer que o governo Goulart começou efetivamente em janeiro de 1963. Ainda em 1962, o governo havia apresentado o Plano Trienal, de autoria de Celso Furtado. Em 1963, o plano foi exaustivamente debatido por governo, empresários e trabalhadores. Seu conteúdo conjugava medidas macroeconômicas restritivas e o controle da inflação com a realização de reformas de cunho social.

Era uma solução de centro em um contexto de radicalização à esquerda e à direita. Era, pois, um plano que dependia de uma aliança policlassista, de um grande pacto político nacional, precisamente o que era muito difícil naquela conjuntura (FIGUEIREDO, 1993, p. 92-93). Criticado por empresários pelas restrições ao crédito e/ou pelas restrições ao capital externo e condenado por grande parte das entidades dos trabalhadores pelas restrições salariais, o plano trienal não foi adiante. Como diz Reis Filho, a proposta de Goulart-Furtado “não agradou a gregos nem a troianos. Para os conservadores, era irrealista. Para os radicais, muito tímida” (REIS FILHO, 2001, p. 337). A polarização ideológica então prevalecente impedia soluções de centro, médias. Como relata Celso Furtado em sua autobiografia, naqueles agitados anos 1960 ele era considerado comunista pela direita e entreguista pela esquerda (FURTADO, 1997).

Ao final de maio de 1963, o plano trienal foi praticamente abandonado. Dali em diante, o foco principal do governo Goulart seria a realização das chamadas “reformas de base”.

4.3.3 As reformas de base

O pacote de medidas reclamadas por vários movimentos sociais, de estudantes, trabalhadores urbanos e rurais, que o governo Goulart tentou levar adiante, era uma tentativa de reformar o capitalismo brasileiro, distribuir renda e incluir no mercado milhões de pessoas. Era o amadurecimento de um conjunto de ideias e reivindicações que vinha sendo construído desde os anos 1950.

Figura 8: Manifestação durante o Governo Goulart.

Fonte: Disponível em:
<http://www.marcillio.com/rio/hirepego.html>
 Acesso: 8 ago. 2011



As reformas então reivindicadas por nacionalistas e movimentos de esquerda eram: bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, universitária e agrária. No conjunto dessas reformas, estavam presentes propostas como controle do capital externo pelo Estado, monopólio estatal de setores estratégicos da economia brasileira, extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das forças armadas e a legalização do PCB (FERREIRA, 2003, p. 351-352).

Era um projeto reformista, nacionalista e distributivista. No entanto, o contexto de polarização ideológica já citado tingia essas propostas com outras cores. Para grandes proprietários rurais e para o empresariado urbano, especialmente as frações associadas ao capital externo, essas reformas eram pura e simplesmente comunismo.

De fato, os comunistas abraçaram a campanha pelas reformas. Embora ilegal, o PCB era a maior organização de esquerda então atuante. Na visão então adotada pelo partido, as reformas de base eram bem-vindas como uma fase anterior à revolução socialista. O PCB acreditava e apostava na tese de uma revolução por etapas e pacífica (SEGATTO, 2003).

A mais polêmica das reformas era a agrária. Na avaliação de Figueiredo (1993), foi precisamente no debate dessa questão e na incapacidade ou não interesse dos grupos sociais e políticos chegar a uma solução negociada desse tema que está a raiz do golpe de 1964.

O presidente enviou o projeto de reforma agrária ao Congresso Nacional em março de 1963. O PTB, partido do presidente, foi o maior entusiasta da proposição. Contra ela, posicionaram-se a UDN e a grande maior do PSD. Mas, além do congresso, o tema foi também debatido na imprensa, nas ruas e eventos. Era uma questão nacional. A tese segundo a qual era necessária uma reforma na estrutura agrária do país era de tal forma difundida que até a UDN evitava aparecer aos olhos do eleitor como um inimigo dela (FIGUEIREDO, 1993, p. 119). Assim, o debate se travava quanto ao conteúdo da reforma. Entre os pontos mais controvertidos do projeto, estava a indenização dos proprietários com títulos da dívida pública. O projeto foi derrotado no dia 13 de maio.

Uma nova proposta foi então apresentada por um corrente mais progressista do PSD, liderada por Tancredo Neves e Juscelino Kubistchek. Era uma versão moderada de reforma agrária. O PTB decidiu, por sua maioria, recusar a proposta do PSD, acreditando que poderia implementar um projeto muito mais avançado (FIGUEIREDO, 1993, p. 119-121).

Figura 9: Reunião de Camponeses sob a liderança de Francisco Julião – Anos 1960

Fonte: Disponível em:
<http://www.pontodevisita.jor.br/blog/2010/03/page/2/>
Acesso: 8 ago. 2011



O fracasso da tentativa de fazer a reforma agrária pela via legal acirrou os ânimos. No interior dos movimentos de esquerdas e de setores nacionalistas menos moderados crescia a tese de que se não realizada pela lei, a reforma deveria ser feita "na marra" (FERREIRA, 2003).

Nesse contexto, à medida que as iniciativas centristas fracassavam, o presidente Goulart se via sem opções, senão posicionar-se mais efetivamente à esquerda no debate político, embora isso também não fosse suficiente para qualificá-lo de comunista como faziam a imprensa e as lideranças civis e militares mais à direita.

4.4 O Golpe

Enquanto a mobilização crescia no campo e nas cidades, entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Ação Popular (AP) se notabilizam na ala das esquerdas e dos nacionalistas, o grande empresariado associado ao capital externo financiava uma forte campanha de desmoralização do presidente Goulart. A ação concertada do grande capital se traduz na criação dos Institutos de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), organizações civis de fachada que atuaram diretamente na conspiração contra Goulart. Além do IPES, havia o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, organismo que arrecadava dinheiro entre os empresários e financiavam a campanha de candidatos conservadores ao Congresso Nacional. Com a Escola Superior de Guerra (ESG), o IPES e o IBAD constituíam o tripé institucional do golpe.

A bandeira principal da oposição a Goulart era o anticomunismo. Apresentado como o monstro anti-cristão e anti-democrático, o comunismo era um poderoso fantasma a atingir corações e mentes em um país majoritariamente cristão.

A campanha de desestabilização do governo era bem orquestrada: a ameaça comunista era útil para sensibilizar os trabalhadores com longa tradição cristã; a tolerância de Goulart em relação aos movimentos de subalternos militares era explorada junto aos oficiais legalistas que temiam a quebra da disciplina e hierarquia no interior das Forças Armadas.

Além de latifundiários, empresários, oficiais militares e grande imprensa, amplos setores de classe média e a Igreja Católica, abraçaram a campanha anticomunista e, consequentemente, anti-Goulart.

No ano de 1964 o presidente Goulart partiu para uma estratégia de mobilização maior em favor das reformas. A ideia era ganhar o debate nas ruas através de grandes eventos políticos. Uma série de "comícios" estava então programada. O mais famoso desses foi o Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 13 de março.

Estima-se que 200 mil pessoas assistiram ao ato político, um público muito grande para os tempos que corriam. Muitos líderes discursaram, entre eles José Serra, então presidente da UNE, que pediu o fim da política de conciliação, objetivando implementar medidas favoráveis às classes populares. Leonel Brizola discursou em favor de um governo nacionalista e popular e teceu fortes críticas ao Congresso Nacional a quem qualificou de reacionário, o qual deveria ser substituído por um parlamento com operários, camponeses e oficiais militares nacionalistas (FERREIRA, 2003, p. 382-384).

O presidente fez um longo discurso. Transcrevemos aqui um pequeno trecho desse documento histórico:

[...]

Dirijo-me a todos os brasileiros, não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas, mas também aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem, que pagam em sofrimento, em miséria, em privações, o direito de ser brasileiro e de trabalhar sol a sol para a grandeza deste país.

[...]

Vou falar em linguagem que pode ser rude, mas é sincera sem subterfúgios, mas é também uma linguagem de esperança de quem quer inspirar confiança no futuro e tem a coragem de enfrentar sem fraquezas a dura realidade do presente.

Aqui estão os meus amigos trabalhadores, vencendo uma campanha de terror ideológico e sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização deste memorável encontro entre o povo e o seu presidente, na presença das mais significativas organizações operárias e lideranças populares deste país.

[...]

O caminho das reformas é o caminho do progresso pela paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada pelas realidades do tempo em que vivemos.

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos.

Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido.

Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado.

Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro.

O que se pretende com o decreto que considera de interesse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável.

Não é justo que o benefício de uma estrada, de um açude ou de uma obra de saneamento vá servir aos interesses dos especuladores de terra, que se apoderaram das margens das estradas e dos açudes. A Rio-Bahia, por exemplo, que custou 70 bilhões de dinheiro do povo, não deve beneficiar os latifundiários, pela multiplicação do valor de suas propriedades, mas sim o povo. (...) (Discurso de João Goulart em 13 de março de 1964. Disponível em: <http://blogIn.ning.com/profiles/blogs/o-discurso-de-joao-goulart-na>. Acesso: 26 jul. 2011)

Não era um comício qualquer. Não era um candidato que discursava. Era o presidente. E ele foi além do discurso. "Em determinado momento, puxou papéis e ali mesmo, em plena praça pública, assinou decretos, expropriando terras e refinarias particulares" (REIS FILHO, 2001, p. 340).

Como diz Reis Filho, nesse momento, ultrapassava-se o ponto do não retorno (2001, p. 340). A divisão da sociedade brasileira ficou evidente quando nos dias após o grande comício da Central do Brasil, milhares de pessoas protagonizaram em São Paulo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, um ato deliberado de protesto contra o governo federal com uma “explosiva – e eficiente – uma mistura de valores privados com um programa político. A família e Deus – e a liberdade” (REIS FILHO, 2001, p. 340).

A marcha evidenciava que, para além das lideranças civis e militares, as grandes questões sociais, econômicas e políticas, então em debate, dividiam a sociedade brasileira como um todo.

Mais do que uma quartelada, a deposição de Goulart em 1964 é o ponto culminante de um processo histórico cujo início pode ser datada pelo menos de 1961, quando tentou-se impedir a posse do então vice-presidente. Naquela conjuntura, o apelo à legalidade e observância da Constituição estavam a favor de Goulart e seus aliados. Três anos depois, após todas as batalhas políticas e toda a campanha de desgaste do governo, os golpistas afirmavam que era necessário depor o presidente para assegurar a ordem e a Constituição. Os argumentos haviam mudado de lado.

Um amplo leque de forças sociais e políticas se posicionaram favoravelmente ao golpe, reunidas “sob o signo da Cruz, da Espada, do Dinheiro e do Medo” (REIS FILHO, 2001, p. 343-344). Daniel Aarão Reis Filho lista os grupos vitoriosos em 1964: os gorilas, militares cujo desejo era apenas reprimir; aqueles que temiam pelo seu capital e propriedade e que financiaram a conspiração, os que temiam o “comunismo ateu”; aqueles que temiam pela hierarquia entre os militares; os que “tinham medo de perder as posições adquiridas e intuíam que de fato as perderiam num processo de radical distribuição de renda” (REIS FILHO, 2001, p. 344); os intelectuais que formulavam projetos de modernização conservadora e que ocuparam cargos centrais no novo regime (REIS FILHO, 2001, 344).

Figura 10: Marcha da Família Com Deus pela Liberdade – Março de 1964

Fonte: Disponível em: residuotoxico.blogspot.com
Acesso: 8 ago. 2011



O que havia em comum entre todos esses segmentos? Responde o autor: "Tinham todos uma profunda aversão ao protagonismo crescente das classes trabalhadoras na história republicana brasileira depois de 1945" (REIS FILHO, 2001, p. 344).

Por que o golpe aconteceu? Poderia ele ter sido evitado? Quem o fez efetivamente? Havia um plano deliberado para executá-lo? Em que medida os militares representavam um projeto social e político? Qual a efetiva participação do capital externo nesse processo? Essas são algumas das questões que dividem cientistas políticos, sociólogos, economistas e historiadores ao longo das décadas.



◀ Figura 11: Vitoriosos em 1964 incendeiam Sede da UNE - 1964

Fonte: Disponível em: <http://www.rioquepassei.com.br/2005/04/01/incendio-do-predio-da-une-1964/> Acesso: 8 ago. 2011

Apresentamos, em seguida, um breve painel das diversas correntes historiográficas sobre o assunto, servindo-nos, para tal, de um artigo de Marcelo Badaró Mattos que procura exatamente identificar o "estado da arte" nesse assunto.

O primeiro grupo de estudos data da década de 1970, com duas vertentes, uma econômica e outra "política". Para a primeira, o golpe foi o resultado de uma conjuntura econômica de crise, cuja superação exigia uma solução autoritária, capaz de controlar as organizações populares e aprofundar o modelo de desenvolvimento baseado no grande capital e no capital externo. Para a explicação política, o golpe é definido pelo esgotamento do populismo e os compromissos que lhe eram característicos. Entre os autores desse primeiro grupo, cita-se Fernando Henrique Cardoso e Otávio Lanni (MATTOS, 2008).

Um segundo grupo de estudos surgiu nos anos 1980. Diferentemente do primeiro que destacava o que poderiam chamar de causas estruturais do golpe, esses estudos apontam para a trama, a articulação efetiva da conspiração. O estudo mais destacado nessa fase é o de René Dreyfuss. É ele quem aponta, com farta documentação, a participação efetiva do grande capital nacional e externo no processo político, especialmente através do complexo IPES-IBAD. O cerne da tese de Dreyfuss é apontar o caráter classista do golpe e do próprio regime instalado em 1964 e qualificá-los, de forma percutente, como civis e militares (MATTOS, 2008, p. 247).

PARA SABER MAIS

A respeito do golpe de 1964, conferir FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993; DREYFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1986 e REIS FILHO, Daniel Aarao; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois*. Bauru: Edusc, 2004.

Nos anos 1990, surgiu a terceira geração de estudos, entre os quais Mattos destaca os trabalhos produzidos pelo CPDOC da FGV, especialmente os textos de Gláucio Ary Soares. Nesses estudos priorizam-se os depoimentos dos militares como fontes. Contrapõe-se, nesse momento, tanto às teses estruturalistas como às interpretações de Dreyfuss. Em vez de articulação orgânica, projeto orquestrado, o golpe teria sido produto de fatores de curto prazo e que afetavam diretamente os militares e suas concepções corporativas e suas visões conservadoras sobre a política em geral (MATTOS, 2008, p. 248-249).

Ainda dessa fase é o estudo de Argelina Figueiredo. Contra as teses estruturais e "intencionais", como era a leitura de Dreyfuss, a autora focaliza os momentos críticos do governo Goulart, especialmente os momentos de discussão e votação do projeto de reforma agrária. Para a autora, esses foram momentos em que um acordo foi possível, mas direita e esquerda escolheram radicalizar suas posições, levando a situação política a um impasse (FIGUEIREDO, 1993). A grande inovação de Figueiredo, comenta Mattos, é que ela atribuiu a responsabilidade do golpe tanto aos vencedores como aos vencidos em 1964 (MATTOS, 2008, p. 250-251).

Por ocasião dos 40 anos do golpe, surgiu outra leva de estudos que radicalizaram as propostas dos estudos da década de 1990. Mattos destaca os textos de Elio Gaspari e Jorge Ferreira. O primeiro atribui o golpe a "contingências factuais".

Nesse caso, análises e explicações causais são substituídas por descrições de acontecimentos, movidos pelo sabor do acaso, desaguando em conclusões que beiram o paradoxo: "O levante se apresenta como um movimento em defesa da ordem constitucional, mas a essência dos acontecimentos negava-lhe esse caminho. (GASPARI, 2002, P. 121)" (MATTOS, 2008, p. 251).

Assim como Gaspari, Jorge Ferreira (2003) levou adiante as teses de Argelina Figueiredo, rejeitando as explicações causais e, além disso, afirmando uma falta de compromisso tanto das esquerdas quanto da direita com a democracia. No limite, na visão desses autores, a esquerda era também golpista. Trata-se de uma visão bastante polêmica e com fortes implicações no tempo presente. Longe de ser consensual, essas teses são criticadas, entre outros, por Caio Navarro de Toledo e Marcelo Ridenti (MATTOS, 2008, p. 252-253).

Após os estudos por ocasião dos 40 anos do golpe, surgiram outros diversos trabalhos sobre o governo Goulart e o golpe, muitos deles sobre a memória e testemunhos daquele período (MATTOS, 2008).

Segundo apreciação final de Mattos (2008), os estudos recentes sobre o tema se filiam a "história política renovada". Trata-se de contribuições muito enriquecedoras ao debate historiográfico. Mas o autor faz uma ressalva:

Sente-se, porém, a falta de nexo maior entre tal análise política e história social daquele período. Não no sentido de retomar as teses mais mecânicas de algumas análises (...) que pareciam negar qualquer nível de autonomia à dimensão política, reduzindo todos os desdobramentos daquela conjuntura a simples reflexo das contradições do modelo de desenvolvimento econômico. Mas sim para não afastar completamente do horizonte que, para além dos embates entre "esquerdas" e "direitas", ou melhor, explicando-os, encontramos interesses sociais distintos e conflitantes, que se manifestam em diferentes projetos de poder (MATTOS, 2008, p. 261).

A discussão continua. Embora estejamos próximo de meio século desde que João Goulart foi deposto, o assunto continua a despertar interesse e mesmo paixões. Em história, 50 anos é muito pouco. Definir o que foi 1964 apresenta implicações para os agentes sociais e políticos do tempo atual, como de resto os temas relacionados ao regime de 1964 a 1985.

Referências

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 3, p. 343-404.

FIGUEIREDO, Argeina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política:** 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FURTADO, Celso. **Celso Furtado:** obra autobiográfica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 3 v.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XXI – 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, ANPUH, v. 28, n. 55, p. 261, jan.-jun., 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-377.

SEGATTO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) **O Brasil Republicano:** o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 3.